

**XLIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E  
SOCIOLOGIA RURAL**

**AGRICULTURA FAMILIAR NA CITRICULTURA PAULISTA:  
A RECONSTITUIÇÃO DA TRAJETÓRIA DE UM CONCEITO**

**Marie Anne Najm Chalita**

**CPF: 012.630.818-78**

**Instituto de Economia Agrícola/APTA/Secretaria da Agricultura e Abastecimento do  
Estado de São Paulo  
Av. Miguel Stéfano, 3.900 – CEP 04301 - 903  
São Paulo – SP**

**[mariechalita@ica.sp.gov.br](mailto:mariechalita@ica.sp.gov.br)**

**Apresentação em sessão sem debatedor  
Grupo de Pesquisa: Agricultura Familiar**

**RESUMO**

O objetivo deste artigo é de mostrar como as análises baseadas em determinantes estruturais vão se mostrando insuficientes para analisar formas complexas da agricultura familiar. Destaca-se a importância de considerar: 1) a análise dos "determinantes" provindos do contexto sócio-econômico mais geral em que se dá determinada organização da produção (perfil e organização do mercado de trabalho regional, disponibilidade de mão-de-obra abundante e barata, podendo significar alternativa em relação ao trabalho familiar). Estes "determinantes" levariam a reorientações no padrão de integração estrutural do sistema produtivo através de modificações na relação da família com a propriedade, resultantes das alterações no uso da *terra*, do *trabalho* e das *técnicas de produção*; 2) a análise dos "determinantes" das afiliações socioculturais e projetos destes produtores em casos específicos, por incidirem sobre decisões e estratégias do produtor (desde questões relativas a prestígio social até questões sobre a natureza corporativista do engajamento dos produtores nos conflitos setoriais). Estes "determinantes" trazem reorientações nas formas de articulação às alternativas de comercialização da produção agrícola que levam a posições diferenciadas no *mercado* segundo critérios não-estruturais (incidentes nos processos de natureza identitária). Assim, formas complexas de agricultura familiar, como é o caso encontrado na citricultura, só podem ser apreendidas através da investigação dos processos socioculturais de validação de classificações autoreferendadas (princípios de identidade-identificação) em um contexto de desigualdades sociais .

# AGRICULTURA FAMILIAR NA CITRICULTURA PAULISTA: A RECONSTITUIÇÃO DA TRAJETÓRIA DE UM CONCEITO

Marie Anne Najm Chalita<sup>1</sup>

O presente artigo<sup>2</sup> traz algumas reflexões sobre o tema da agricultura familiar, a partir de uma pesquisa feita junto aos *produtores familiares modernos*<sup>3</sup> na citricultura do município de Bebedouro, situado na zona “nobre” da produção citrícola no Estado de São Paulo. A realidade empírica em questão justifica a importância deste tema, em razão da importância relativa destes produtores em termos da área ocupada e em termos do volume de frutas produzidas. Justifica-se igualmente pela dificuldade em definir aqueles produtores dentro das análises tipológicas tradicionalmente utilizadas nos estudos sobre categorias sociais na agricultura brasileira. A importância é de natureza não apenas teórica mas prática uma vez que indica possíveis modos de intervenção do poder público junto a estes produtores.

Procura-se fazer um resgate de como o conceito de agricultura familiar surgiu e foi debatido no pensamento acadêmico nas suas linhas mais gerais, desde a ênfase dada nas suas relações com o entorno sócio-econômico até as análises de sua lógica interna de produção ou da articulação desta com a sociedade global. As questões suscitadas situam-se no complexo debate entre filiações teóricas e procedimentos analíticos sobre, de um lado, a importância das estratégias de decisão dos produtores familiares a respeito do funcionamento de sua exploração (Chayanov) e, de outro, os efeitos determinantes dos contextos sociais e econômicos (Lenin, Kautsky). Trata-se, em síntese, no primeiro caso, das especificidades da produção familiar (aspectos organizacionais) e, no segundo, das condições de sua reprodução e transformação diante do desenvolvimento capitalista. Consideram-se, ainda, outras perspectivas teóricas que evidenciam o modo de ser e de agir de produtores familiares num contexto relacional enquanto sintoma do real (temática das representações como epifenômenos da subjetividade).

Este resgate não pretende demonstrar qualquer tipo de tendência na sociologia rural uma vez que estes enfoques evidenciam, na maioria das vezes, perspectivas teóricas divergentes. Trata-se sim de alguns procedimentos de desconstrução analítica da definição social dos produtores familiares (e não sua invalidação) para que seja possível situar a importância dos processos de afirmação e institucionalização identitária existentes. Isto é, analisa-se o processo de definição auto-referenciado do produtor familiar moderno como produto objetivado de uma prática de classificação e reclassificação, compreendendo as operações de reagrupamento de onde este produtor se origina e se define. Este processo faz parte e define, ao mesmo tempo, o contexto de desigualdades e conflitos sociais na citricultura.

## 1. O CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR NA MODERNA CITRICULTURA PAULISTA

No nordeste do Estado de São Paulo, as transformações sociais que começaram a acontecer a partir dos anos 1950, com a modernização da base técnica da agricultura e que

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia. Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola.

<sup>2</sup> Este artigo representa reformulação de parte da tese de doutorado *Cultura, política e agricultura familiar: a identidade sócio-profissional de empresário rural como referencial das estratégias de desenvolvimento da citricultura paulista*, defendida em julho de 2004 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> O termo "*produtor familiar moderno*" refere-se à unidade de análise, composta de pequenos proprietários tecnificados com tamanho de propriedade até 50 ha e procura dar conta de um tipo sociocultural de produtor, como será analisado ao longo do presente texto.

trouxeram mudanças significativas na estrutura fundiária, no processo de produção e nas relações de trabalho, foram reforçadas pela consolidação, durante os anos 1970, dos complexos agroindustriais (CAIs), principalmente o da cana-de-açúcar (para a produção de açúcar e álcool) e o de cítricos (para produção de suco de laranja concentrado e congelado e outros subprodutos da fruta).

Emergindo do antigo berço da economia cafeeira, a constituição atual do setor citrícola, na região de Ribeirão Preto, fez-se, durante o período 1950–70, por políticas públicas que favoreceram largamente a implantação da citricultura em bases técnicas modernas, assim como a instalação das agroindústrias. No Estado de São Paulo são, aproximadamente, os 18 mil estabelecimentos agrícolas distribuídos em 204 municípios e as 16 empresas de processamento agroindustrial (sucos, óleos essenciais, *pellets*). Em termos de área plantada, o conjunto de citros (laranja, limão, tangerina, mexerica, ponkan e murcote) ocupava 954,3 mil ha no ano agrícola de 1996/97 sendo que apenas a laranja, 879, 3 mil ha, representando 13,5% do total da área plantada com 46 culturas (NEVES, 1997). Para se ter uma idéia do valor econômico na cultura, na safra 1994/95, os citros (laranja, limão e tangerina) representaram 13,7% (R\$ 951,5 milhões) e, a laranja, 8,55% (R\$ 590 milhões) do valor bruto da produção vegetal, considerando os 23 principais produtos vegetais da agricultura paulista. Os citros ficaram, percentualmente, atrás da cana-de-açúcar (esta com 30,67% do VBP) cuja área cultivada é, entretanto, o triplo da plantada com laranja. O setor gera em torno de 400 mil empregos diretos e indiretos, mais de US\$ 1 bilhão de exportações e uma arrecadação de US\$ 350 milhões por ano de ICMS para o estado (GRAZIANO DA SILVA, 1999b, p. 223).

A rentabilidade entre os agentes produtivos principais (produtores agrícolas e agroindústrias esmagadoras) é mediada, na sua forma institucional, pelas flutuações do suco na Bolsa de Nova Iorque e, formalmente, por contratos de fornecimento (de comercialização ou de compra/venda) das frutas. Nas décadas de 1980 e 1990, com a queda das subvenções à agricultura, delineiam-se novos processos de produção e relações de trabalho na citricultura, fragmentando as formas habituais de intervenção do Estado (RODRIGUES, 1995), inclusive no que diz respeito às negociações sobre preços agrícolas (frutas). Os parâmetros do processo de seleção social na citricultura se modificaram na direção de valorizar o balizamento e qualificação da gestão do sistema produtivo e da inserção comercial das unidades produtivas no mercado agroindustrial. Este processo foi potencializado pelo término do contrato padrão de fornecimento das frutas e da responsabilidade da colheita das frutas por parte da indústria., diante de um percentual em torno de 60% das frutas provenientes de pomares pertencentes à agroindústria.

## **2. A TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR**

No Brasil, a temática da produção familiar esteve, até a primeira metade dos anos 1990, segundo Schneider (1999), sucumbida à prioridade dada para as análises sobre a expansão do capitalismo no meio rural, as especificidades deste processo e a formação da estrutura de classes. A tradição marxista (composta pela tríade dos clássicos na sociologia do rural, MARX, 1987 e 1982; LÊNIN, 1988 e KAUSTSKY, 1980), apesar de reconhecer a persistência de formas de produção familiar nos países avançados, não possibilitou aventuras na formulação de uma teoria específica para estes produtores, uma vez que professava que a presença desta categoria podia ser explicada no âmbito de uma teoria geral sobre o desenvolvimento do capitalismo.

Como resultado desta perspectiva analítica, a presença de "camponeses", noção que englobava pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e outras categorias sociais, definidos em oposição ao latifúndio, numa visão de dualidade da estrutura fundiária brasileira, definiu a

questão agrária como tema central da sociologia rural. Os camponeses eram interpretados de diversas maneiras, desde resquícios feudais até formas de assalariamento disfarçado, uma vez que a preocupação na análise era o caráter da expansão do capitalismo na agricultura brasileira e as formas sociais daí resultantes, num contexto de forte ideologização da reflexão acadêmica, tendo em vista também o contexto político marcante dos anos 1950 e 1960.

Segundo Porto e Siqueira (1994), o surgimento da noção de "pequena produção" nos anos 1970 e 1980, que emerge junto com a tentativa do Estado de integrar os pequenos produtores ao processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, impulsionado pela proliferação das ligas camponesas na década de 1960, contribui para criar uma conotação menos politizada e estigmatizada, porém operacional, em contraposição ao sentido teórico da noção de campesinato. A leitura dos estudos nessa época - de orientação teórica marxista na sua maioria - revela alguns desdobramentos diretos para a compreensão da "pequena produção" (agricultura familiar), quais sejam:

1. quando centrados na contribuição da política de subvenções do Estado voltada à modernização agrícola, articulada com certas particularidades do desenvolvimento capitalista e sua integração com o capital industrial, os pequenos produtores eram situados entre a burguesia e os agricultores pobres (ou em vias de proletarização), e considerados em "transição", uma vez que, para estes autores, a expansão do capitalismo levaria, inelutavelmente, ao seu desaparecimento;

2. quando centrados diretamente na integração dos produtores à agroindústria, os estudos se dividiam entre os que consideravam esta integração como subordinação de seu trabalho ao capital agroindustrial (WANDERLEY, 1979; BELATO, 1984; GRAZIANO DA SILVA, 1982) e aqueles que suavizavam o peso da integração como limitante da autonomia do produtor (PAULILO, 1987; WANDERLEY, 1988 e 1998).

No primeiro caso, o advento das noções de "integração" e "exclusão" para analisar a inserção dos pequenos produtores nas transformações capitalistas na agricultura representou o auge deste olhar sociológico sobre a realidade, uma vez que a integração ou não às agroindústrias e mercados consumidores seria a prova de que o capitalismo se expandiria de forma indireta, subordinando estes produtores e provocando um processo de diferenciação interna nos moldes preconizados pela tradição teórico-marxista (graças à subordinação real ao capital e a tendência à proletarização).

Já a temática da autonomia provém da contribuição de Chayanov (1974). A sua "teoria da economia camponesa", versando sobre o funcionamento interno deste considerado modo de produção, quando vinculada à tradição leninista do marxismo clássico, concretizou-se em interpretações sobre a articulação entre uma relativa autonomia na forma de gestão da força de trabalho e do processo produtivo com a articulação subordinada ao capital, isto é, com o entorno do sistema econômico dominante. Esta tendência veio, de uma certa forma, reforçar a direção das análises sobre o "*trabalhador para o capital*" e sobre o "*proprietário formal da terra*" para explicar situações de integração.

Autores como Schneider (1999) e Abramovay (1992) concordam que o tema da agricultura familiar na literatura foi atravessado por condicionantes políticos e ideológicos naquilo que era o esforço de compreender as especificidades da "questão agrária brasileira", as características das relações sociais no campo (feudais ou capitalistas) para daí vislumbrar o que seriam os grupos sociais potencialmente revolucionários.

Porto e Siqueira (1994) tratam da dificuldade na abordagem da agricultura familiar dentro de outra temática, a das lutas sociais. As autoras retratam a evolução na utilização das categorias teóricas *camponês* e *pequeno produtor* na sociologia rural brasileira e analisam as formas de

inserção analítica destas categorias centrais na realidade empírica dos movimentos sociais no meio rural em meados dos anos 1980 que apontaram para o renascer do exercício da cidadania após décadas de autoritarismo político e para a surpreendente diversidade social do mundo rural (GRZYBOWSKI,1987; GERMER,1988).

Desta maneira, ao mesmo tempo em que se superavam as questões teóricas sobre a reprodução e a funcionalidade da agricultura familiar no capitalismo, os projetos imediatos dos atores foram analisados como resposta às estruturas de produção dominantes, o que os levou a se tornarem referências empíricas para categorizar as próprias lutas e os tipos sociais envolvidos (lutas pela reforma agrária, lutas contra a expropriação, lutas contra a exploração dos assalariados, lutas contra a subordinação do trabalho ao capital agroindustrial, lutas em torno do valor do produto).

A compreensão da ação política desses grupos sociais em face da difração entre estruturas e comportamentos, entre categorias sociais e projetos e a não continuidade das lutas – tendo em vista que estas "rupturas" políticas foram atribuídas à luz das intervenções dos mediadores, à falta de consciência coletiva, à vigência dos pólos desiguais na relação dominante-dominado e aos determinantes da modernização agrícola - ficou reduzida ao papel do Estado e à tomada das instituições de classe sobre o poder político na maioria dos trabalhos da época, mesmo porque o Estado foi o grande agente impulsionador da modernização e o atrelador da estrutura sindical<sup>4</sup>.

Em síntese, muitas análises sobre a diferenciação social que buscavam as especificidades da produção familiar, baseadas no tamanho da propriedade, força de trabalho e grau da tecnificação dos sistemas produtivos e guiadas pelos paradigmas analíticos da tradição marxista, advindos do campo da economia, mostraram-se insuficientes para a compreensão da estrutura social na agricultura e suas relações com o capital agroindustrial, como também comprometeram as interpretações a respeito da expressão política dos diversos grupos sociais.

Estas abordagens afastaram da problemática a importância dos projetos e da organização sociopolítica dos diversos atores sociais no universo das relações e interesses sociais como manifestação dos interesses mais coletivos, e talvez favoráveis às mudanças em curso, notadamente no que concerne a expressão política dos diversos tipos sociais complexos de produtores familiares, como foi observado em um passado relativamente recente em relação às mobilizações organizadas pela Frente Ampla da Agropecuária e da União Democrática Ruralista (UDR) (anos 1980)<sup>5</sup>.

Esta noção de complexidade rejeita o determinismo econômico das relações de produção como explicativo dos projetos e comportamentos. Segundo Jean (1994, p. 53), esta complexidade se expressa no personagem híbrido que seria o *agricultor familiar contemporâneo* o qual continua, conceitualmente, apresentando as características tradicionais da produção familiar - a propriedade da terra e a maior parte do trabalho agrícola são do produtor e dos membros da família -, porém revela uma "*tríplice identidade*" evidenciada por características complementares às estruturais: proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador. A título de proprietário fundiário, há muito tempo renuncia ao recebimento de rendas fundiárias para manter seu modo de produzir como mais competitivo do que outras formas produtivas; como um empresário privado, possui seus meios de produção mas continua produzindo mesmo não tirando vantagem e ainda,

---

<sup>4</sup> Navarro (org., 1996) traz alguns elementos de análise sobre estas interpretações mais tradicionais dos movimentos sociais no campo. Ver especialmente nesta coletânea, os textos de Fox, Jonathan e de Navarro.

<sup>5</sup> Como exemplo desta tendência na interpretação da participação de "pequenos produtores" nas manifestações da UDR, ver Gomez (1987) e Bruno (1997). Coradini já tinha chamado a atenção para o "afunilamento" ou a integração político-ideológica subjacente à integração agroindustrial como uma alternativa a estas interpretações mais lineares (CORADINI, 1985).

aumenta o volume da produção quando os preços abaixam; por último, e talvez antes de qualquer coisa, revela-se como um trabalhador; e um dos últimos trabalhadores autônomos.

Abramovay (1992) faz uma contribuição importante ao analisar o surgimento do agricultor familiar moderno, recuperando o que seria seu caráter distintivo em relação ao camponês. Para o autor, o produtor familiar na sociedade moderna representa uma forma de produção "*altamente integrada com o mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais [...] Aquilo que era antes de tudo um modo de vida, converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho*" (ABRAMOVAY, 1992, p. 22 e 127). Segundo ele, o que era uma categoria social fadada à decomposição no processo de expansão do capitalismo nos clássicos marxistas converteu-se no seu expoente mais saliente. Outros autores abordam de outra forma a reprodução da agricultura familiar no capitalismo, como é o caso de Mann e Dickinson (1978), que atentam para a dificuldade no surgimento das empresas capitalistas na agricultura, uma vez que há uma nítida separação entre tempo de trabalho e tempo de produção na agricultura. Esta separação acabou inspirando Aidar e Perosa Júnior (1981) a afirmarem que as unidades familiares modernas de produção são parceiras privilegiadas do capital agroindustrial<sup>6</sup>.

### **3. A DIFERENCIAÇÃO INTERNA DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Segundo Schneider (1999), o tema da agricultura familiar só toma forma na academia como objeto de investigação específico a partir de meados dos anos 1990, uma vez que os estudos anteriores centravam-se ora na produção camponesa, ora na pequena produção. Estudos de caso, porém, a partir da década de 1980, já se debruçavam sobre suas diferenciações internas. Estes estudos acentuaram o lugar dos agricultores familiares como alvo central das controvérsias da discussão sobre classes sociais – fortemente fundadas na concepção marxista - frente à grande diferenciação encontrada nas suas formas reais e pelo fato de constituírem uma categoria social que não entraria na composição de polaridades antagônicas nas relações sociais nas quais se inserem<sup>7</sup>.

Nem capitalistas, nem camponeses, Abramovay (1997) atribui a esses produtores uma posição própria na estrutura de classes no meio rural. Já Lamarche (1992, 1994a) considera que há uma classe social no interior de cada forma diversa de produção familiar. Por outro lado, Wanderley (1990) afirma que a forma familiar diversifica-se em diferentes contextos e constitui uma evolução da forma camponesa. Neves (1995) considera a dicotomia da caracterização "familiar e capitalista" simples e reducionista. Brumer (1994, p. 89-90) defende que o produtor familiar não é, *necessariamente*, capitalista, pois é proprietário da terra na qual produz; não vive fundamentalmente do trabalho dos outros, e ele e/ou membros de sua família trabalham no próprio estabelecimento agropecuário. Uma das principais diferenças entre o produtor familiar e o empresário capitalista, segundo a autora, é que o primeiro precisa produzir, de certa forma, independentemente do mercado, pois ele e sua família vivem dos produtos da terra, enquanto que o segundo pode decidir mais livremente em que e como investir seu capital e até demitir empregados "excedentes".

Descartada definitivamente a variável fundiária na definição de tipologias que impôs por duas décadas a noção de pequena produção, algumas definições, que interessam particularmente aqui, persistem no âmbito da questão do trabalho, isto é, no que diz respeito à separação família-propriedade operada pelo trabalho ou, como alguns autores observam, na pertinência de

---

<sup>6</sup> Um resumo destas posições encontra-se em Goodman, Sorj e Wilkinson (1985).

<sup>7</sup> Ver também Sorj (1980), Lopes e Sales (1983); Antuniassi (1986); Loureiro (1987) e Carvalho (1987).

considerar a família como um conceito teórico para a análise da produção familiar (BRUN, 1987). Esta reflexão faz-se necessária porque o conceito analítico fundado sobre a produção familiar ainda permanece preso, fundamentalmente, às características polarizadas da organização do trabalho nas propriedades (presença ou não de trabalhadores externos, quantidade e duração do trabalho), enquanto que é pouco desenvolvida a importância do trabalho indireto (gestão) dos produtores, dos determinantes provindos do mercado de trabalho, das mediações na contratação dos trabalhadores temporários e das especificidades do produto agrícola em questão, tanto na divisão social do trabalho quanto na reprodução social das propriedades. Igualmente não é considerada a "idade" da unidade produtiva influenciada pela dinâmica interna da mudança de gerações e variações no envolvimento de membros da família na produção.

Em outras palavras, está em debate a questão do grau de centralidade do trabalho familiar ou a questão da indissociação entre família e propriedade contida nas definições mais tradicionais da produção familiar. Diante disto, alguns desdobramentos parecem pertinentes para a rediscussão da *produção familiar moderna* como uma das configurações de um profundo processo de diferenciação social na citricultura.

Em primeiro lugar, no que diz respeito ao papel do trabalhador assalariado, duas posições antagônicas podem ser levantadas da bibliografia consultada:

a) a primeira provém da análise de Kageyama e Bergamasco (1989) que, ao constatar as características de categorias sociais que utilizam grande parcela de assalariados, afirmam que essas são empresas familiares que muito se aproximam de empresas capitalistas;

b) a segunda provém de Jean (1994), que afirma ser o assalariamento uma variável exógena que não compromete o caráter familiar de certos tipos de produção.

Em seguida, mas também relacionados com a questão do grau de centralidade do trabalho familiar, surgem os seguintes elementos de análise:

1. o processo de individualização do trabalho da unidade agrícola (*part-time*), isto é, as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos, deixam de ser responsabilidade de um conjunto dos membros da família para ser de um ou outro membro dela (CARNEIRO, 1998; GRAZIANO DA SILVA, 1999a, p.230). Isto pode ocorrer devido à busca de outras alternativas de trabalho (ou profissionais) pelos filhos ou devido ao fato da maior parcela do trabalho ser realizada por terceiros.

2. a função da gestão da propriedade representa trabalho exercido na propriedade, apesar de não consistir em atividade (labor) essencialmente agrícola. Graziano da Silva (1999a, p. 217) acredita que o critério do grau de separação entre gestão e trabalho mascara o fato de que o produtor que assume a gestão pessoalmente (e não por administrador contratado) pode também realizar trabalho agrícola e, neste caso, não se constituiria em um modelo patronal de estabelecimento (separação completa das funções).

3. a tentativa de caracterizar os estabelecimentos pelo tipo de força de trabalho contratada (ou não contratada) resulta igualmente em contradições. A tabulação proposta a partir dos Censos Agropecuários, separando estabelecimentos com trabalhadores permanentes/com trabalhadores temporários; com/sem; sem/com e sem/sem (respectivamente para trabalhadores permanentes e trabalhadores temporários), engloba, neste último tipo, tanto unidades altamente mecanizadas quanto pequenos estabelecimentos que, na verdade, não passam de locais de moradia (GRAZIANO DA SILVA, 1999a, p. 221).

4. a questão do lugar da propriedade como patrimônio quando da transmissão por herança também suscita cuidados na análise, uma vez que pode haver diminuição da importância da propriedade neste sentido, tendo em vista o afastamento dos filhos da atividade propiciar a eles

outras fontes de renda e inserções profissionais distantes da agricultura e alterar a importância estratégica da transmissão da propriedade para a reprodução social da família.

Segundo Graziano da Silva (1999a, p. 217), com exceção da predominância do trabalho assalariado, os outros quesitos não têm estatuto teórico relevante para separar o "modelo patronal" do "familiar"; eles serviriam apenas para caracterizar diferenciações relativas à região e ao produto agrícolas, uma vez que se relacionam com o perfil tecnológico, podendo haver obstáculos naturais à mecanização. Entretanto, em que pese a observação deste autor, a predominância ou não do trabalho assalariado também é atributo da tecnologia, do mercado de trabalho regional, de demandas por parte da agroindústria de fornecimento regular de matéria-prima, da concorrência estabelecida para atender a este fornecimento, dos requisitos em produtividade exigindo trabalhadores disciplináveis e do cálculo que o produtor faz quando do balanço financeiro entre custo e benefício (envolvendo inclusive a decisão sobre manter ou não um membro da família residindo na propriedade), portanto parece também refletir particularidades regionais e do produto agrícola considerado.

O mesmo autor distingue três grupos (grandes proprietários e capitalistas agrários; empresas familiares e produtores camponeses), com base em dois critérios: 1) o grau de importância da taxa de lucro no funcionamento da unidade produtiva, determinando uma maior ou menor mobilidade de capital e possibilitando ou não a busca de alternativas produtivas em termos da escala de produção, como investimentos; 2) a composição feita entre a participação da mão-de-obra familiar e assalariada e o nível de remuneração e a relação do produtor com os empregados (distância ou não) (GRAZIANO DA SILVA, 1999a, p. 214-215).

A existência de empresas familiares que apresentam grau mais avançado de divisão do trabalho e a separação, pelo menos parcial, do responsável do trabalho que adota a forma assalariada de trabalho de forma constante, não é suficiente para caracterizar sua natureza capitalista. É necessário que, seguindo sua análise, que os meios de produção funcionem efetivamente como capital. E isso implica que o proprietário desses meios de produção personifique o capital, atendo-se **exclusivamente** à gerência do empreendimento. O produtor familiar, segundo ele, torna-se um capitalista quando: a) guia-se pela taxa de lucro e, portanto, pela concorrência entre capitais; b) tem comando sobre trabalho alheio; c) está desvinculado das atividades produtivas diretas.

Outra contribuição importante que se alinha com esta primeira abordagem resulta da leitura que Schneider (1999, p. 49-58) fez de autores neomarxistas como Friedmann (1978, 1986, 1988) e Goodman/Redclift (1985)<sup>8</sup>. De acordo com Schneider, o debate travado entre estes autores no campo neomarxista da Sociologia da Agricultura merece ser resgatado porque, ao tratar da permanência e da reprodução da produção familiar a partir da releitura dos autores clássicos, dá uma nova dimensão analítica à produção familiar no sentido de complexificá-la em suas diferenciações reais. Este debate, segundo o autor, gerou uma polêmica entre os neomarxistas que marcou o confronto entre perspectivas analíticas que serviram de instrumental de análise para estudiosos das décadas recentes.

---

<sup>8</sup> Friedmann, H. Family enterprises in Agriculture: structural limits and political possibilities. In: Cox, G., Lowe, P., Winter, M. *Agriculture: people and policies*. London, Allen, 1986a; Friedmann, H. Patriarchy and Property: a replay to Goodman and Redclift. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, v.26, n.2, p.186-193, 1986b; Friedmann, H. Simple Commodity Production and Wage Labour in the American Plains. *Journal of Peasants Studies*, London, v.6, n.1, p.71-100, 1978a; Friedmann, H. World Market, State and Family Farm: social bases of household production in the era of wage labor. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, v.20, n.4, p.545-586, 1978b; Friedmann, H. The Family and the International Food regimes. In: Shanin, T. *Peasants and Peasants Societies: selected readings*. London, Penguin Books, 1988., p.247-258; Goodman, D., Redclift, M. Capitalism, Petty Commodity Production and the Farm Enterprise. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, v.25, n.3/4, 1985, p. 231-247.

Friedmann, ao interpretar a presença e reprodução das formas familiares de organização do trabalho e da produção na agricultura, recoloca no centro do debate teórico o conceito marxista de *produção simples de mercadoria* para explicar formas sociais que estão apenas parcialmente integradas à divisão social do trabalho e aos circuitos de produção do valor, pois não realizam integralmente sua reprodução ampliada. Segundo a autora, na produção mercantil simples, o proprietário tanto da força de trabalho quanto dos meios de produção estão reunidos em uma única unidade e possuem relações de parentesco entre si, sendo, portanto, um tipo de combinação entre as unidades familiares e as unidades de produção capitalistas<sup>9</sup>. A forma de produção mercantil simples busca atender prioritariamente aos interesses da reprodução do núcleo familiar (e não a obtenção de mais-valia) (FRIEDMANN *apud* SCHNEIDER, 1999, p. 52-53). Seria uma forma de produção familiar competitiva e especializada - e em oposição à produção familiar tradicional, na qual o responsável é proprietário dos meios de produção e conta com a própria força de trabalho para operá-los, compra os meios de produção e os recursos para subsistência. A capacidade da família, segundo o autor, adapta-se a um conjunto diversificado de situações impostas pelo ambiente onde se encontram inseridas, o que permite sua flexibilidade, adaptação ou reação. Portanto, há características históricas contextuais que podem facilitar a *dissociação entre propriedade dos meios de produção e a força de trabalho*, sugerindo que novas formas de organização e de relação do produtor com seus meios de produção podem surgir.

Uma reflexão importante a partir dos textos de Friedmann refere-se à possibilidade, diante da dissociação entre meios de produção e trabalho, dada a competição intercapitalista, de haver uma procura, por parte dos produtores, de escalas cada vez mais intensas para aumentar a produtividade agrícola, e este processo acabar resultando na elevação da taxa de lucro e na forma de garantir a reprodução social. Segundo a autora, esta opção seria a escolhida pelos produtores simples de mercadoria, principalmente se houvesse relações familiares e de parentesco importantes que justificassem uma ajuda financeira por parte do pai de família (por exemplo, ajuda dos pais aos filhos para que se estabeleçam economicamente). Tanto o trabalho em tempo parcial ou integral dos membros da família fora da propriedade quanto a opção da reprodução ampliada para os produtores simples de mercadorias só são possíveis devido às *relações familiares e de parentesco*, uma vez que são variáveis importantes a serem consideradas no processo de tomada de decisões dos agricultores, pois elas dão sentido e racionalidade às estratégias que os pais adotam visando ampliar os recursos e os bens disponíveis para deixar a seus filhos ou àqueles que seguirão com a propriedade (SCHNEIDER, 1999, p. 59).

Goodmann e Redclift (1985) discordam do conteúdo analítico do conceito de produção simples de mercadoria, afirmando que sua validade é apenas histórica e descritiva e que, portanto, teria substituído a dialética pela utilização da produção simples de mercadoria como um tipo ideal. Uma das críticas que formulam a Friedmann é que, segundo ela, o confronto entre a base técnica e social seria apenas conjuntural, isto é, o uso da força de trabalho familiar em lugar da assalariada ocorreria apenas em certos momentos do ciclo demográfico da unidade familiar (quando os filhos já estão em idade de trabalhar e permanecem no ambiente familiar). A segunda crítica é que, num ambiente de competição intercapitalista, a reprodução simples não pode ser o principal objetivo da família (e que a reprodução ampliada ocorra apenas por razões demográficas e culturais, como ela afirma). A terceira crítica, decorrente das anteriores, é que o

---

<sup>9</sup> Nas unidades familiares, o trabalho é organizado com base em relações de parentesco e gênero, porque é a própria família que trabalha, e a posse dos meios de produção não está separada de quem executa o trabalho. Nas unidades de produção capitalista, a força de trabalho é recrutada através do mercado de trabalho, via contrato de trabalho, à semelhança do que acontece com a aquisição das demais mercadorias necessárias ao processo produtivo (FRIEDMANN *apud* SCHNEIDER, 1999, p. 53).

uso do trabalho assalariado seria o meio para obter esta taxa de lucro e gerar condições de reprodução da competitividade (sobretudo para acompanhar o progresso tecnológico). Resumindo, o uso permanente de trabalho contratado torna-se um pré-requisito estrutural, levando à separação entre trabalho e capital e permitindo, portanto, a exploração da mais-valia. Neste caso, desaparece a especificidade da produção simples de mercadoria defendida por Friedmann (GOODMAN e REDCLIFT apud SCHNEIDER, 1999, p. 60).

Schneider salienta também a proposta de Gasson e Errington (1993 *apud* SCHNEIDER, 1999, p. 65)<sup>10</sup>, que difere das anteriores por relegar os aspectos da gestão do trabalho da família a um plano dependente de variáveis como relações de parentesco, controle administrativo e transferência intergeracional. Em outras palavras, o conceito adotado é o de *unidade familiar mercantil* e não unidade familiar de trabalho. A presença ou não de trabalho assalariado (que depende do ciclo demográfico em que se encontra a família e das necessidades produtivas) não é o aspecto mais importante, mas sim a existência de relações familiares na propriedade. Sua análise, porém, se dá em contextos em que a terra e a força de trabalho são cada vez menos importantes como fatores de produção, devido ao elevado grau de mecanização utilizado. Loureiro (1987), num estudo sobre os produtores de tomate em São Paulo, mostrou também o rigor disciplinar e financeiro que o chefe da propriedade tem em relação ao trabalho dos membros de sua própria família, o que mostra que as relações internas nem sempre são favoráveis para a permanência da organização familiar de trabalho.

Em síntese, a análise da articulação entre a lógica familiar e os determinantes objetivos e contextuais limita a compreensão de formas modernas da produção familiar que se diferenciam e se afastam de características tidas como centrais no conceito clássico de agricultor familiar na literatura (indissociação entre família, trabalho e propriedade). A dissolução das características tradicionais da produção familiar, quando esta crescentemente adere à noção de competitividade, pode ocorrer devido às características da divisão social do trabalho existente em uma determinada realidade regional ou em uma determinada organização de trabalho setorial, assegurando ao agricultor familiar a contratação de assalariados em um contexto de ampla disponibilidade de força de trabalho e seu posicionamento em atividades estratégicas de administração comercial da propriedade. Neste caso, a consequência é uma marcante alteração de sua posição na estrutura social com modificações na formulação de projetos sobre seu devir familiar, à definição de estratégias econômico-produtivas e financeiras (com diminuição da participação da família nas decisões sobre a atividade específica e diversificação das escolhas profissionais dos descendentes) e novas fontes de ingresso financeiro na propriedade. Esta alteração se dá também em relação ao seu engajamento nas práticas e lutas sociais. Se pensarmos dentro de uma perspectiva temporal histórica, estas interações sociais e políticas provocam transformações internas nas características da agricultura familiar, em um movimento dialético.

#### **4. A INDETERMINAÇÃO DE CLASSE DA AGRICULTURA FAMILIAR MODERNA E A VALIDAÇÃO DA ANÁLISE DOS PROCESSOS AUTO-REFERENCIADOS DE CLASSIFICAÇÃO**

Algumas abordagens podem ser citadas como distintas das tratadas anteriormente e que procuram dar mais espaço à reflexão sobre a complexidade das formas contemporâneas da produção familiar, apontando para a importância das afiliações socioculturais dos grupos sociais, isto é, seu “modo de ver as coisas”, “de alinhar-se diante de semelhanças e diferenças”, como tão

---

<sup>10</sup> Gasson, R., Errington, A. *The Farm Family Business*. Wallingford, Cab International, 1993.

reveladoras de suas respectivas inserções sócio-econômicas em um universo de diferenciações sociais quanto as condições objetivas que orientam em grande parte a elaboração destas tipologias.

Com maior ou menor grau, estas abordagens filiam-se a diferentes correntes teóricas. A possibilidade de (re)elaboração de uma categoria social, no caso de Max Weber, é bem demonstrada por Scalon (1999). De forma oposta àquela trilhada pela perspectiva das classes sociais (em torno da centralidade do trabalho segundo a polarização clássica entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção), a perspectiva weberiana de classes identifica grupos que compartilham chances de vida semelhantes (ocupação e status de emprego), e se diferenciam de outros grupos por terem oportunidades diversas (de mercado e de trabalho), segundo a divisão social do trabalho. Neste sentido, as diferenças entre estas oportunidades não se prendem unicamente à posse ou não de propriedade, mas à posse de habilidades específicas que se convertem em recompensas como renda, segurança, progresso, autoridade. Desta forma, o indivíduo para Weber (1977, p.20), sempre age dentro de um campo de forças conflitantes. Além da sua inserção no processo produtivo, o pertencimento a diferentes grupos de referência e o caráter não monolítico das concepções de mundo faz da ação social um produto das "afinidades eletivas" do sujeito, a classe correspondendo a um agregado de situações de classe.

Scalon (1999, p.47-48) comenta também a aproximação e a diferença da abordagem bourdiana de classe social em relação a Weber. O conceito de espaço social de Bourdieu (1995) abrange um espaço multidimensional de posições (de acordo com a distribuição de capital econômico, simbólico, cultural ou social), que se definem segundo o capital possuído pelos agentes, determinando sua alocação na distribuição de poder e nas probabilidades de ganho nos diferentes campos. Como as classes são determinadas por posições semelhantes que os indivíduos ocupam no espaço social, há nessa concepção uma maior probabilidade de serem adotadas atitudes e interesses semelhantes dado que as posições admitem mais matizes (em relação à concepção weberiana). Se as classes concebidas por este último autor, acompanhando Marx, se encontram no marco de uma luta pela dominação, as teses substancialistas que repousam no dualismo das posições no seio da produção (possuidores e não possuidores dos meios de produção) não bastam, já que o que está em jogo é a definição social (e científica) das classes.

Na sociologia rural, duas linhas de investigação empíricas mostram aproximações com as concepções teóricas que abordam processos socioculturais na produção de um grupo social. A primeira, encontrada em Lamarche (1992, 1994), retoma a discussão da produção familiar no sentido de complexificar os "formatos" atuais de sua organização interna como resultado de um "diálogo" entre esta organização e os impactos mais gerais advindos do contexto no qual se inserem e admite variáveis culturais (orientações, decisões) na sua definição e transformação; a segunda, proposta por Neves (1988, 1995, 1997), funda uma análise marcadamente construtivista de um determinado grupo social na sua relação com os demais que se encontram naquele mesmo contexto produtivo local ou regional, isto é, o grupo define-se na relação com o outro em um específico campo de conflitos.

A abordagem de Lamarche se constrói a partir de um estudo comparativo internacional sobre a produção familiar e, portanto, a partir das grandes diferenciações sociais encontradas em contextos diversos. Para este autor, a agricultura familiar é aquela que corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família, porém ele não a define na contraposição à produção capitalista. As unidades de produção familiares diferenciam-se internamente quanto à capacidade de se apropriar de meios de produção e desenvolvê-los: "*as unidades de produção familiares não constituem um grupo*

*homogêneo, isto é, uma formação social correspondente a uma classe social no sentido marxista do termo*" (LAMARCHE, 1992, p. 13-14). Segundo o autor, em um mesmo lugar e de acordo com um mesmo modelo de funcionamento, as propriedades se dividem em diferentes classes sociais segundo suas condições objetivas de produção. Toda forma de agricultura familiar se define ao mesmo tempo num modelo de funcionamento e numa classe social no interior deste modelo. Sua capacidade de adaptação e reprodução deve ser analisada conjuntamente nestes dois níveis.

Lamarche (1992 e 1994) propõe, a partir destas considerações, uma abordagem da agricultura familiar com base na análise de variáveis complexas. O autor constrói uma tipologia levando em consideração a lógica familiar em relação ao fundiário, ao trabalho e à reprodução familiar, de um lado, e o grau de dependência da organização e do funcionamento da propriedade em relação à tecnologia, ao capital financeiro e ao mercado, de outro.

Estas condições de caráter estrutural derivariam, entretanto, também de condições não retratadas através de dados estatísticos habitualmente utilizados em definições tipológicas. A produção familiar organiza-se em torno de um eixo bem definido: *o grau de integração no mercado no seu sentido mais absoluto, isto é, tanto no plano técnico-econômico quanto no plano sociocultural*. Em outras palavras, a um determinado nível de integração ao mercado corresponde uma certa relação com a sociedade de consumo, um certo modo de vida e representação. A este eixo principal correspondem tanto seu grau de integração no mercado quanto os níveis respectivos de influência sobre o funcionamento das propriedades, de uma parte do patrimônio sociocultural do qual dispõe cada produtor e sua família (peso do passado) e de outra parte das escolhas políticas que o concernem efetuadas pela sociedade global (projetos para o futuro).

A consideração não apenas das condições objetivas da organização da produção disponíveis para interagir com o mercado - mais relativas ao respectivo capital econômico - mas também do capital social e cultural, implica não apenas no acompanhamento da situação dos agricultores acerca do impacto de pesquisas recentes ou inovações, qualificação e estabilidade do trabalho agrícola, acesso a níveis diferenciados de mercado dependendo da rede de conhecimentos interpessoais e grau de associativismo como também em sua lógica de funcionamento entre o modelo original e o ideal de acordo com suas orientações socioculturais. Para Lamarche, as propriedades agrícolas podem ser caracterizadas com base em seu modo de funcionamento e sua capacidade de reprodução. No que diz respeito ao modo de funcionamento, deve-se levar em conta não apenas as realidades estruturais e funcionais da unidade produtiva mas também suas dimensões sócio-culturais e ideológicas, pois somente uma análise simbiótica destes dois aspectos da realidade permitirá uma análise dos modos de funcionamento destas unidades e uma avaliação de sua capacidade para gerir as dificuldades e os diversos imprevistos que deverão afrontar. Em outras palavras, para o autor não basta apenas a quantificação da produção e dos fatores de produção mas também a *relação do produtor com a organização da produção* (produção, tecnologia, financiamento), com o *trabalho* (nível de mecanização, trabalho familiar, trabalho assalariado, trabalho exterior) e com o *destino da produção* (mercado, autoconsumo).

As decisões que toma o produtor familiar, segundo Lamarche, são resultado de duas forças: uma é a tradição (*modelo original*) e a outra é aquela que aponta para um futuro materializado por seus projetos (*modelo ideal*). É justamente esta imagem subjacente ao modelo ideal que organiza suas estratégias de decisão e que afeta intensamente o modelo original de funcionamento das propriedades. As chances de uma propriedade familiar atingir o "modelo ideal" vão depender da especificidade de seu projeto juntamente com o projeto mais geral elaborado pela sociedade. É através dessa articulação de projetos que se torna possível explicar o

predomínio, a emergência, a estagnação, a diminuição ou mesmo a eliminação de certas formas familiares de produção.

O produtor familiar é assim definido numa escala tipológica pelo ponto de convergência entre seu modelo original (ao qual ele se refere como patrimônio sociocultural) e pelo seu modelo ideal (imagem projetada, eixo que organiza suas estratégias e orienta suas decisões). Estes modelos variam dependendo de sua história e do contexto onde as propriedades familiares funcionam. Em posições intermediárias a esses dois modelos (original e ideal), localizam-se estas propriedades, diferenciadas de acordo com a própria história e o ambiente específico no qual elas funcionam. O ponto de convergência entre o modelo original e o modelo ideal seria uma imagem congelada do que o produtor é no sentido descrito acima, mas reveladora de uma certa tensão (o que sou, o que quero ser, o que posso ser), no sentido em que é neste "encontro" entre dois modelos que se pode analiticamente considerar que o produtor efetua escolhas e define estratégias, ultrapassando as fronteiras das análises estruturalistas focadas exclusivamente nas condições objetivas de produção.

Devido a esta dimensão bidimensional, o autor retoma as fronteiras entre as abordagens chayanovianas e marxistas e as articula na explicação das diferenciações internas da produção familiar, ampliando consideravelmente as variáveis tradicionalmente utilizadas para sua definição e análise e sem apontar sobredeterminações de elementos do contexto externo sobre o interno (e vice-versa). Tais variáveis inserem o produtor num contexto relacional e dinâmico com a sociedade. Naquilo que marca a especificidade de sua abordagem, o autor enfatiza: "*A produção familiar é ao mesmo tempo memória, uma situação, uma ambição e um desafio*" (LAMARCHE, 1992, p.17-19).

Enquanto o autor acima citado analisa o produtor familiar de forma isolada das outras categorias sociais que estão na mesma realidade, interagindo com ele, Neves (1985, 1988 e 1997) apresenta uma abordagem enraizada na antropologia social, procurando investigar a produção do contexto explicativo das relações entre formas de produção para a compreensão de suas próprias características estruturais. Esta segunda abordagem afirma que uma das causas da limitação nos estudos que se centraram sobre a diferenciação social e sobre as lutas na agricultura é a não consideração da composição e da dinâmica das relações sociais. Isto seria consequência do isolamento da análise das transformações da produção familiar em relação às transformações da grande produção e do trabalhador "livre" e da ausência da importância das complexas interações entre grupos sociais e entre manifestações políticas dos projetos no mesmo contexto social e histórico. Desta forma, as afiliações socioculturais dos grupos sociais tornam-se também elementos de análise quando fundamentam estratégias e processos de transformação que podem ser de mudança ou de permanência de sua posição dominada num determinado contexto.

A perspectiva de análise acima abre possibilidades interessantes de compreensão dos impactos daquelas estratégias e processos não necessariamente imediatos (isto é, não perceptíveis no tempo real da duração da pesquisa), isto é, processos que se desdobram em escalas temporais mais amplas do que de uma geração (exemplo, seus investimentos na formação educacional dos filhos com o fim da atividade profissional destes ser complementar – e, eventualmente, vir a tornar-se mais importante – à atividade agrícola com vistas ao aumento da renda; a natureza de seu engajamento em determinadas lutas sociais ou mesmo sua capacitação e adesão à formas de organização horizontal de mercado como consórcios de produtores, dentre outros). A consideração destas afiliações contribui para a construção de uma imagem mais dinâmica e complexa da própria posição social dos produtores, possibilitando, assim, ao analista, a adoção de uma postura mais multifacetada do que linear na construção de uma explicação sociológica.

Em direção oposta aos sistemas de classificação dos grupos sociais e análise das classes sociais baseadas tradicionalmente sobre uma imagem estática, descolada da dinâmica social e histórica, a diferenciação entre as lógicas culturais num campo de relações sociais explica os graus da divisão técnica e social do trabalho, o fato de que certos grupos se colocam nos limites da reprodução de sua propriedade e outros na ampliação de seus espaços sociais e das estratégias de acumulação, e explicam também seus alinhamentos na ação política (NEVES, 1985, p. 225).

Tavares dos Santos, na mesma direção, afirma que a prioridade acordada às classificações baseadas na "posição no processo produtivo" das classes e grupos sociais resultou em interpretações dos comportamentos e ideologias segundo um eixo vertical de decomposição do campesinato. O autor propõe a "*reconstrução de um espaço social de relações*", resgatando, assim, um "*pensamento relacional*", uma vez que as classes sociais seriam grandes agrupamentos humanos posicionados diferentemente na estrutura social e que necessitam de um processo histórico e social de construção de uma identidade social, o que supõe o reconhecimento de dimensões simbólicas como também fazendo parte das práticas sociais, ao lado das dimensões econômicas e políticas (TAVARES DOS SANTOS, 1990). As relações sociais são configuradas também por representações sociais, pois o nível simbólico é também constitutivo da realidade social e provoca efeitos no âmbito das práticas sociais e políticas. Desta forma, ao sintetizar a contemporaneidade desta abordagem, este autor afirma que este pensamento sociológico contemporâneo, pós-marxista e pós-estruturalista, fornece um quadro no qual se podem explicar sociologicamente os processos sociais agrários (TAVARES DOS SANTOS, 1999).

Para tomar emprestadas também as palavras de Lagrave (1987, p. 9), os grupos sociais estão situados num "*campo societal*" particular onde são colocados em confrontação interesses materiais e simbólicos. Eizner e Larrère (1988, p.169) já tinham reforçado a importância desta abordagem afirmando que a determinação em última instância pelo econômico, parece mais uma vez não possibilitar a compreensão de como um consenso em torno de projetos e estratégias de certos grupos rurais pode se elaborar, se não considerarmos que nesta dinâmica contraditória das relações entre grupos sociais entram em jogo objetivos econômicos mas também objetivos culturais e sociais e que cada grupo defende interesses múltiplos e contraditórios.

O conjunto de símbolos, de valores e comportamentos diferenciados dentro de um campo relacional preciso, ao contrário da maneira clássica da análise de classes e grupos sociais, possibilita, conseqüentemente, o aparecimento de outras referências teóricas e metodológicas para compreender-se a divisão social que ocorre e a pluralidade dos movimentos sociais ou lutas existentes – em termos das significações dadas pelos atores aos conflitos sociais nos quais não apenas se inserem como definem. Assim, ao abandonar o objetivismo e o economicismo das classificações dos grupos sociais para incorporar a dimensão "cultural" na análise da emergência e transformações da agricultura familiar, procura-se dimensionar a análise como uma luta pelo reconhecimento e legitimação de um processo de formação de um agente sociocultural, como luta pela definição de fronteiras, pela definição de sistemas de classificação. Esta luta não é apenas nominal mas objetiva e social, uma vez que tem conseqüências na forma de distribuição de recursos, na definição de problemas sociais prioritários, na implementação de projetos. Em outras palavras, as lutas por classificação são lutas objetivas pela definição desta realidade social e nas quais se canalizam recursos. Trata-se de processos de classificação como dimensão não unicamente subjetiva (no sentido da dimensão cultural como superestrutura, considerada pelo marxismo): estas lutas são parte das lutas sociais, parte do processo de definição mesma desta realidade onde se encontram.

Para a perspectiva adotada, segundo Boltanski (1982), deve-se compreender os processos de desconstrução e reconstrução das definições do grupo. É desta forma que os problemas de

delimitação e definição tornam-se principalmente da ordem das representações sociais. Ao abandonar a concepção substancialista dos grupos sociais, a sociologia dos grupos alterna dois procedimentos que não são exclusivos um do outro: definir um grupo através de uma tipologia formatada para os fins específicos da pesquisa ou tomar o objeto tal qual ele se apresenta com seu nome comum e suas representações comuns e racionalizá-lo procurando no grupo um fundamento em outro lugar que não nele mesmo, nas coisas, quer dizer, mais frequentemente, na evolução técnica e na divisão técnica do trabalho, de forma a dar-lhe uma unidade substancial e contornos objetivos e precisos. Ora, as concepções naturalistas entre o mundo técnico e o mundo social esquecem que a divisão do trabalho potencialmente inscrita no universo objetivo da técnica se realiza na ordem propriamente social apenas através da mediação de sistemas simbólicos onde se expressam de forma explícita as divisões entre grupos e entre classes.

O ajuste entre o processo auto-referenciado pelo produtor familiar moderno e seu próprio estado social objetivo varia conforme os demais grupos sociais em presença. Eles sofrem desta forma a atração de diferentes posições do tipo “autênticas”, isto é, reconhecidas e nomeadas. Para os agentes situados nas linhas divisórias de diferentes espaços, campos ou classes sociais, que apenas recentemente encontram-se disputando estas posições “autênticas”, estas mesmas posições vão agir como atrativos, porque elas possuem certas características da “boa forma” no sentido em que elas apresentam constelações organizadas e reconhecidas de propriedades socialmente tidas por articular-se umas às outras, tanto estatisticamente (espera-se vê-las reunidas em um conjunto coerente) quanto sociologicamente (sente-se que vão bem quando justas ou ao menos não são contraditórias). Entretanto, vão também revigorar outros tipos de relações entre as características estruturais e a auto-definição do grupo social. A relação entre a determinação técnica (ou econômica) e os fenômenos simbólicos que a retraduzem ao nível da linguagem, sob a forma de nomes coletivos, de representações, de emblemas ou de taxonomias, é ela própria mediatizada por conflitos que opõem os agentes dotados de propriedades objetivas parcialmente diferentes (o que quer dizer, também, de propriedade parcialmente comuns), pelas estratégias que, nestes conflitos, os agentes utilizam e pela consciência que eles adquirem destas lutas e dos interesses que estão em jogo (BOLTANSKI, 1982, p.50).

A perspectiva construtivista do grupo social adotada afasta-se, desta forma, da discussão da “posição de classe” dos *produtores familiares modernos*, renunciando a uma definição prévia do grupo para tomar como objeto a conjuntura histórica na qual estes se formaram como grupo explícito, dotado de um nome, de organizações, de porta-vozes, de sistemas de representação e valores. Ao invés de definir fronteiras entre os grupos através da pura determinação técnica e da divisão técnica do trabalho, procura-se compreender a forma tomada pelo grupo interrogando-se sobre o trabalho de reagrupamento, de inclusão e de exclusão do qual ele é o produto, analisando o trabalho social de definição e delimitação que acompanhou a formação do grupo e que contribuiu, objetivando-o, a fazê-lo ser de forma a ter existência própria. A categorização é assim entendida como um processo de representação referenciado pelos próprios produtores familiares e pelos outros grupos, isto é, auto-referenciado na trajetória social e referenciado pelos outros em um determinado campo econômico.

## **5. O PRODUTOR FAMILIAR MODERNO E A PRODUÇÃO SOCIOCULTURAL DO IDEAL EMPRESARIAL NA CITRICULTURA PAULISTA**

Os *produtores familiares modernos* representam uma forma social de produção cujos integrantes têm sua trajetória social marcada por três momentos: o primeiro, no passado, definido por sua vivência enquanto colonos do café e meeiros de culturas temporárias, isto é, trabalhadores rurais sem-terra nos anos 1950; o segundo, por volta dos anos 1960-70, quando

incorporam, junto com profissionais liberais e comerciantes que ingressam na cultura de laranja, formas da produção familiar; e o terceiro, atual, definido por sinais de sua forte integração com o mercado de produção e comercialização de suco de laranja concentrado e congelado. Sua origem responde, desta forma, a um duplo movimento, de um lado, de decomposição/recomposição de propriedades e, de outro, de expropriação dos meeiros e arrendatários/formação inicial do mercado de trabalho assalariado, potencializado pelas mudanças trazidas pela integração entre a produção das frutas e a agroindústria de transformação.

A tabela abaixo mostra a importância da participação dos proprietários abaixo de 50 ha na produção de laranja no Estado de São Paulo e, a seguinte, a renovação dos pomares empreendida pelos proprietários de menos de 50 ha em plena década de crise no setor.

*Participação percentual das categorias de imóveis rurais na produção total do Estado de São Paulo, 1980/81, 1990/91 e 1995/96 (e variação).*

Categoria de Imóveis (ha)	1980/81	1985/86	1990/91	1995/96	Variação (%) 1980/81–1995/96
Pequenos (-50)	35,9	33,4	26,0	21,8	-14,1
Médios (50-200)	27,3	23,4	29,4	30,8	3,5
Grandes (200-mil)	31,3	25,0	24,8	28,2	-3,1
Muito Grandes (+mil)	5,5	8,2	9,8	19,3	13,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: IEA. In Paulillo (2000, p.75).

*Milhões de pés novos plantados segundo as categorias de imóveis, 1990/91 e 1995/96.*

Categoria de Imóveis (ha)	1990/91	1995/96	Variação(%)	Distribuição(%)
Pequenos (-50)	6,45	12,43	+93	25
Médios (50-200)	12,47	9,51	-24	19
Grandes (200-mil)	16,72	18,50	+11	37
Muito Grandes (+mil)	6,21	9,61	+55	19
Total	41,95	50,05	+19	100,0

Fonte: In Graziano da Silva (org) (2000, p.14).

Se as desigualdades sociais (tanto entre produtores e assalariados quanto entre produtores) e os interesses divergentes já se tornaram questões acaloradas sobre o “lugar” desta categoria social nas estruturas político-sindicais regionais e estaduais e nos alinhamentos políticos no final dos anos 1980 (FERAESP,1990; ALVES,1991), adentram também nas questões do debate teórico sobre a agricultura familiar, suas definições e diferenciações internas conforme se procurou demonstrar anteriormente, uma vez que pesquisas recentes estão renovando o próprio debate sobre a produção familiar em torno do que seriam suas formas contemporâneas.

As dificuldades encontradas nas tentativas de enquadramento dos *produtores familiares modernos* na citricultura em definições tipológicas usuais, no confronto entre as realidades empíricas examinadas e alguns critérios utilizados nas definições conceituais da produção familiar (e nas molduras teóricas que as sustentam), se manifestam no plano dos seguintes elementos: 1) na separação entre a família e o processo produtivo, graças às modificações no tipo e grau de envolvimento da mão-de-obra familiar no sistema produtivo (tempo parcial); 2) no papel central de gestão e administração assumido pelo chefe da propriedade (inclusive com a participação de terceiros); 3) nas trajetórias profissionais não agrícolas dos filhos (negócios ou

comércio); 4) na formação educacional dos filhos (área de administração, agronomia ou qualificação como técnico agrícola; 5) na relativização da importância outrora central da propriedade como patrimônio familiar; 6) na relativização do tamanho da propriedade como condição da inserção competitiva de uma propriedade no mercado (aliada à dificuldade de ampliação das escalas de produção pela aquisição de mais terras devido a seus altos preços e às escolhas profissionais dos filhos fora da atividade agrícola).

Em síntese, as relações que os produtores estabelecem entre propriedade, trabalho e família mudaram substancialmente no espaço de, no máximo, duas gerações (dissociando-se trabalho/família, gestão/família e patrimônio/família, fragmentando, em síntese, a intimidade que estes elementos mantinham entre si no sentido da relação propriedade-família). Mostram, no entanto, incrementos significativos na produtividade e qualidade como sinais de sua adesão aos preceitos da competitividade e adaptação a um ambiente de forte concorrência no mercado de fornecimento de frutas à agroindústria. Ao mesmo tempo, a passagem da produção familiar tradicional para a empresa agrícola familiar segundo a lógica de integração das propriedades à economia de mercado e de adaptação permanente em função desta escolha que se impõe, compromete sua autonomia e aumenta seu grau de dependência a fatores externos à propriedade (tecnológica, financeira, mercado, política e ideológica). Neste sentido, esta passagem diminui sua capacidade de adaptação, concorrendo para um aumento de riscos na sua capacidade de reprodução.

Assumindo uma posição importante na gestão do sistema produtivo e das relações comerciais, podem afastar-se das árduas tarefas de rotina na propriedade, apresentando importantes alterações no estilo de vida (mudanças de moradia, acesso a bens da classe média alta urbana, entre outros) e nos valores (padrões de consumo, formação educacional, lazer). Este afastamento relativo possibilita que estes produtores desfrutem de tempo para construir relações de interconhecimento nas redes de informações estratégicas consolidadas no setor ou construir parcerias horizontais de fortalecimento de suas posições no mercado (consórcios ou *pools*), recursos cognitivos que se tornam fundamentais na citricultura.

Ao longo do processo de integração com o mercado de produção de suco de laranja concentrado e congelado, o conjunto destas características vai adquirir significações distintas na trajetória social destes produtores, compondo um *referencial tecnológico* definidor de sua posição social. Em que pese a dissociação entre propriedade/trabalho/família, as leituras que esses produtores fazem de sua própria trajetória outorgam-lhes uma posição diferenciada em relação aos outros grupos sociais de produtores modernos (médios e grandes proprietários), no campo econômico da citricultura. Em outras palavras, as representações sociais de sua trajetória social traduzem seu modo de filiação, isto é, seus princípios de identidade-identificação.

Frente aos desafios que se impõem como estratégicos para todo o setor - produtividade agrícola (nº de caixas produzidas/área); rendimento agrícola (nº de caixas produzidas/árvore); rendimento industrial/teor de sólidos, padronização do sabor, controle do tempo de produção, regularidade no fornecimento e diminuição dos custos de produção -, a posse de um *referencial tecnológico* torna-se decisiva na diferenciação entre os produtores. Este referencial define-se progressivamente, não apenas como o conjunto de práticas e procedimentos técnicos que se articulam entre si, considerando as etapas de geração, difusão, financiamento e utilização (AGUIAR, 1986), mas também como uma organização administrativa associada ao funcionamento de todo o sistema produtivo (modos de gestão do sistema produtivo e sua eficiência *a partir de uma certa escala de produção*, tais como informatização das atividades, administração operacional, associativismo na comercialização das frutas e na organização do trabalho assalariado).

A produção deste referencial tecnológico engloba representações sociais que explicam sua posição diferenciada (valorativa) no mercado (*mercado*) em relação aos demais grupos sociais dentre os produtores:

1. uma forte contestação à valorização do fundiário (quantidade de terras), articulada à representação dominante da seleção social e da concentração de terras (*terra*);

2. uma forte valorização de sua posição como proprietário e chefe de estabelecimento devido à sua ascensão na implementação de tarefas mais qualificadas e de administração operacional e comercial da propriedade e seu distanciamento progressivo em relação ao labor agrícola (*trabalho*);

3. uma substituição da importância da terra e do trabalho familiar pelas técnicas de produção onde a experiência e capacidade de seleção e organização dos instrumentos e métodos produtivos (e seu envolvimento pessoal) são determinantes (*técnicas de produção*);

Como síntese, a eleição do referencial tecnológico particular à sua posição no campo econômico (administração eficiente de suas propriedades, apesar das diferenciações quanto ao controle e ao uso dos fatores técnicos, de instrumentos de gestão, de organização e de intervenção planejada sobre os custos de produção). O *ideal empresarial* se define a partir de condições objetivas de produção, mas é elaborado como princípio classificatório (conflitivo) em torno deste referencial tecnológico, uma vez que ele articula entre si a valorização da tradição rural/vocação agrícola, a valorização do saber-prático (empírico) e da experiência e a valorização do trabalho e da gestão familiar. O conjunto destas referências socioculturais são princípios de identidade-identificação dado que traduzem, de modo particular e específico, sua posição sócio-econômica na citricultura, pela qual eles reforçam sua ligação com a dinâmica de desenvolvimento do setor.

Suas representações evidenciam a ocorrência de uma transformação de uma propriedade a serviço do patrimônio fundiário para uma unidade de produção mercantil autônoma em detrimento da propriedade fundiária, caracterizada por capacidades de organização, competências administrativas, atitudes voltadas às relações públicas no meio social e a substituição de técnicas de produção (relativamente garantidas devido às elevadas rendas historicamente auferidas no setor) não são por uma série de saberes estratégicos comerciais e saberes práticos tecnológicos como sua atribuição principal e com a gestão da propriedade, isto é, com a competência técnica no que diz respeito ao nível interno (saber-fazer, utilização otimizada das técnicas e da força de trabalho e organização de todo o sistema produtivo) e com a competência administrativa no que diz respeito ao nível externo (a exposição dinâmica da propriedade às redes financeiras e comerciais de venda das frutas).

Identifica-se a presença de uma lógica familiar, no sentido de uma tensão explicitada pela sua posição entre uma referência ao passado (modelo original) e pela referência ao futuro (modelo ideal), principalmente fruto dos novos papéis assumidos como chefe de estabelecimento, da valorização de seu trabalho com relação aos grandes proprietários/produtores modernos (por aproximação distintiva), aos pequenos e médios proprietários/arcaicos (por oposição) e aos assalariados (por antagonismo) e da valorização de sua trajetória social num campo de diferenciações sociais. Como suporte destas representações, há os efeitos dos valores do "mundo urbano", (des)ruralizados, que são sustentados pelos herdeiros, profissionais liberais, comerciantes e compartilhados com os ex-colonos e ex-parceiros.

Apesar das concepções dominantes no setor sobre as limitações dos pequenos e médios proprietários para enfrentar a concorrência econômica no setor a seu "natural e sentimental" (pejorativamente) apego à propriedade, ao medo de riscos para inovar, à equivocada utilização dos recursos financeiros, reduzindo as explicações sobre o insucesso e/ou instabilidade econômica das propriedades às qualidades individuais dos produtores, os *produtores familiares*

*modernos* revigoram a importância das concepções de agricultura relacionadas à produção familiar. Como modelo original (familiar) são chefes de estabelecimento (assegurando diretamente a gestão da propriedade) e, de outro, eles manipulam ainda algumas ferramentas de trabalho, o que na sua referência a um modelo ideal, relativizam suas dificuldades em afastarem-se da propriedade para procurar informações fundamentais que possam revigorar o caráter comercial de sua propriedade, sendo precisamente o apego à terra e o tempo de trabalho direto que vão diferenciá-los substantivamente dos grandes proprietários modernos.

Os *produtores familiares modernos*, em consequência, apropriam-se da ética nas formas de produção e trabalho provindas dos novos requisitos técnicos da manutenção da competitividade, mas não pacificamente. Ao assimilar esta ética da valorização das capacidades individuais, somam conteúdos mais radicais e absolutizados. É neste sentido que eles geram novos conhecimentos, transmitem-nos e agem diretamente na sua reprodução no entorno social, conformando um ideário de competitividade e, para a auto-imagem de competência na concorrência de integração no mercado. Obviamente, atuam também na consolidação de representações de validação das estratégias de marginalização social.

A valorização das capacidades individuais gera uma interpretação dos processos de seleção como sendo sistêmicos e o surgimento das capacidades empresariais como sendo elásticas, isto é, a aptidão mesmo sem a ausência de capital tornaria possíveis processos de ascensão social. A estrutura fundiária relativamente estável, concentrada favoravelmente nos pequenos e médios citricultores em termos tanto de número de estabelecimentos quanto em termos de área, reforça esta representação uma vez que eles principalmente “concorrem” entre si.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi o de mostrar como as análises baseadas em determinantes estruturais vão se mostrando insuficientes para analisar formas complexas de produtores. Procurou-se destacar a importância de considerar: 1) a análise dos "determinantes" provindos do contexto sócio-econômico mais geral em que se dá determinada organização da produção (exemplo, perfil e organização do mercado de trabalho regional, disponibilidade de mão-de-obra abundante e barata, podendo significar alternativa em relação ao trabalho familiar). Estes "determinantes" levariam a reorientações no padrão de integração estrutural do sistema produtivo através de modificações na relação da família com a propriedade, resultantes das alterações no uso da *terra*, do *trabalho* e das *técnicas de produção*; 2) a análise dos "determinantes" das afiliações socioculturais e projetos destes produtores em casos específicos, por incidirem sobre decisões e estratégias do produtor (desde questões relativas a prestígio social até questões sobre a natureza corporativista do engajamento dos produtores nos conflitos setoriais). Estes "determinantes" trariam reorientações nas formas de articulação às alternativas de comercialização da produção agrícola que levam a posições diferenciadas no *mercado* segundo critérios não-estruturais (incidentes nos processos de natureza identitária).

A análise dos *produtores familiares modernos* é, desta forma, possível através da investigação dos processos socioculturais de validação de classificações autoreferendadas (princípios de identidade-identificação). Esta validação é sempre obtida em um contexto de desigualdades sociais e, portanto, é relativa à presença de outros grupos sociais. Desta forma, a reconversão da categoria produtor familiar para a de *produtor familiar moderno* não é apenas heterogênea, mas também complexa, visto que esta classificação consiste em apenas uma dentre outras que incidem sobre os mesmos. A atribuição de *produtor familiar moderno como atributo de um ideal empresarial que se manifesta enquanto processo classificatório*, se ela se refere a um tipo de produtor, não pode ser uma referência analítica das diferenciações sociais na citricultura

uma vez que ela é, na verdade, uma categoria de identificação cultural e ideológica, resultado certamente de um processo de seleção clássico originário da progressiva concentração dos capitais agrícolas e industriais, mas expressão direta do processo de seleção simbólico baseado no atributo cultural da competência e da vocação agrícola.

Este processo de produção identitário é produzido e produtor de conflitos sociais. Só pode ser analisada na esfera das relações sociais acima das determinações estruturais da organização e divisão do trabalho. Ele se publiciza através da mediação de outras categorias como “participação” e “organização” que são somente operadas relativamente às práticas sociais e políticas em um contexto institucional de representação dos interesses que também se modifica, conforme analisaremos em outro momento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOWAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.
- AIDAR, A.C.K.; PEROSA JUNIOR, R.M. Espaços e limites da empresa capitalista na agricultura. *Revista de Economia Política*, São Paulo: v.1, n°2, 1981, p. 17-39.
- ALVES, Francisco José da Costa. *Modernização e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região de Ribeirão Preto*. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1991. (Tese doutorado).
- BELATO, Dinarte. *Os camponeses integrados*. Campinas: UNICAMP, 1984. (dissertação de mestrado).
- BOLTANSKI, Luc. *Les cadres. La formation d'un groupe social*. Les Éditions de Minuit, Paris, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. Social Space and Symbolic Power. In *Readings in Contemporary Sociological Theory; from modernity to post-modernity*. Bowling Green State University, 1995.
- BRUN, André. Pertinence-impertinence de la famille comme unité d'analyse du secteur agricole. In *Colloque Les agriculteurs et la politique depuis 1970*, Paris, 30/11 à 2/12 1987 (texto mimeo).
- BRUNO, Regina *Senhores da terra, senhores da guerra. A nova face das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1997.
- CARNEIRO, Maria José. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 1998.
- CHAYANOV, A.V. *La organización de la unidad economica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.
- CORADINI, Odacir Luiz. Os movimentos sociais no campo no sul do Brasil. In SANTOS, José Vicente Tavares dos (org.) *Revoluções camponesas na América Latina*. UNICAMP/Ícone, 1985, p.137-147.
- COULOMB, Pierre; NALLET, Henry. *Le syndicalisme agricole et la création du paysan modèle*. Paris: Cordes-INRA, 1986.
- DICKINSON, J. M.; MANN, S. A. Obstacles of the development of a capitalist agriculture. In *The Journal of Peasant Studies*, Londres: v. 5, n° 4, 1978, p. 466-481.
- EIZNER, Nicole; LARRERE, G.R. L'approche micro-régionale des problèmes de développement rural: des ambiguïtés à lever. In JOLLIVET, Marcel (dir.) *Pour une agriculture diversifiée*. Paris: L'Harmattan, 1988, p.168-174.
- FERAESP. *Anais do I Congresso dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo*. Jaboticabal: 1990.
- GERMER, Claus. *Modernização, estrutura de classes e movimentos sociais no campo*. Paris: Université Paris III, Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, 1988.
- GOMEZ, Sérgio. As organizações empresariais rurais na América Latina: o caso do Brasil e do Chile. *Reforma Agrária* (n° especial *As organizações empresariais rurais*). Campinas: Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), ano 17, n. 2, ago-nov. 1987, p. 4-16.
- GOODMANN, David E.; SORJ, Bernard; WILKINSON, John. Agroindústria, Políticas Públicas e Estruturas Sociais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. *Revista de Economia Política*. São Paulo: Brasiliense, v.5, n. 4, out-dez, 1985, p. 31-55.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Agroindústria e globalização: o caso da laranja do Estado de São Paulo. In CAVALCANTI, Josefa Saete (org.). *Globalização, trabalho e meio ambiente*. UFPE, 1999b, p. 221-255.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999a.
- GRAZIANO DA SILVA, José (org.). *O setor citrícola no estado de São Paulo: 1984-1992*. Organizado pela FASE de Jaboticabal. *A crise do complexo citrícola paulista: uma proposta não excludente*, 2000, PT São Paulo.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes/FASE, 1987.

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. In *Cadernos de Sociologia (Produção familiar e conflitos agrários)*. Porto Alegre: UFRGS/PPGSociologia, Vol 6, 1994, p. 51-111.

KAGEYAMA, Angela; BERGAMASCO, Sônia M.P. *Novos dados sobre a produção familiar no campo*. Campinas: IE/Unicamp, 1989.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Portugal: Proposta, 1980.

LAGRAVE, Rose Marie. *Celles de la terre: l'invention politique du métier d'agricultrice*. Paris: PUF, 1987.

LAMARCHE, Hugues (coord). *L'agriculture familiale:: comparaison Internationale. II Du mythe à la réalité*. Paris: L'Harmattan, 1994.

LAMARCHE, Hugues. Les logiques productives. In Lamarche, H. (coord). *L'agriculture familiale: comparaison Internationale. I Une Réalité Polymorphe*. Paris: L'Harmattan, 1992.

LÊNIN, I.U. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *Terra, família e capital: formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1987.

MANN, S.A; DICKINSON, J.M. Obstacles of the development of a capitalist agriculture. *The Journal of Peasant Studies*. Londres: v. 5, n.4, 1978, p. 466-481.

MARTINS, José de Souza. O sentido do associativismo empresarial no Brasil Agrário In *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MULLER, Pierre. *Crise de la sectorialité et nouvelles identités paysannes: le métier d'exploitant rural*. In Colloque Les Agriculteurs et la politique depuis 1970. Paris: nov-déc, 1987a.

MULLER, Pierre. Un métier né de la crise: exploitant rural. In *Sociologie du travail* Les agriculteurs face une nouvelle crise. Paris: n. 4, 1987b, 459-475.

NAVARRO (org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

NEVES, Delma Pessanha. A agricultura familiar: questões metodológicas. Campinas: *Revista Reforma Agrária*. ABRA, v.25, maio-dez.1995, p.21-37.

NEVES, Delma Pessanha. *Engenho e Arte: estudo do processo de interdependência entre agricultura e indústria na região açucareira de Campos (RJ)*. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1988. (tese de doutorado).

NEVES, Delma Pessanha. *Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

NEVES, Evaristo Marzabal. *A importância sócio-econômica da citricultura no Estado de São Paulo*, agosto, 1997 (texto mimeo).

PAULILLO, Luiz Fernando de Oriani e. *Complexos agroindustriais e redes políticas: as transformações no território citrícola brasileiro – uma abordagem do novo institucionalismo e da nova localização*. UNICAMP/Instituto de Economia, 2000 (tese de doutoramento).

PAULILO, Maria Ignês Silveira. *A integração no sul de Santa Catarina*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1987 (Tese de doutorado).

PORTO, M.S.G., SIQUEIRA, D.E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. *Cadernos de sociologia*, PPGS/UFRGS, Porto Alegre: Vol..6, p.76-89, 1994.

RODRIGUES, Vera Lucia Graziano da Silva. *Organizações empresariais por produto: os casos da cana-de-açúcar e da laranja em São Paulo*. São Paulo: USP/PPGSociologia, 1995. (tese de doutorado).

SCALON, Maria Celi. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM/Revan, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e pluriatividade*. Porto Alegre: UFRGS/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1999. (tese de doutorado).

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários*. Caxambu, XIV Encontro anual da ANPOCS, 1990, 44 páginas (texto mimeo) (trabalho apresentado em evento).

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. A produção familiar na agricultura brasileira: notas preliminares para um estudo comparativo. In: *XIV Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu: 1990. (texto mimeo) (trabalho apresentado em evento).

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In FERREIRA, A.D.D. e BRADENBURG, A (orgs). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p.29-49.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. *O camponês: um trabalhador para o capital*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1979.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas, São Paulo: *Cadernos do IFCH*. Campinas: UNICAMP/IFCH, n° 19, junho 1988.

WEBER, Max. *L'Ethique protestante el l'esprit du capitalisme*. Paris: Plon, 1977.